



## Trâmite: Relator do orçamento anuncia votação de financiamento do piso da enfermagem

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do projeto do orçamento 2023, anunciou, na tarde desta quarta-feira (21), que a proposta que trata do financiamento do piso da enfermagem será votada na próxima semana, no Senado. O parlamentar não informou o dia específico da votação. Ele também fez coro para que a Câmara dos Deputados dê celeridade ao projeto quando o texto chegar à Casa.

"Aceitei o convite do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para ser o relator do PLP 44/2022, que garante os recursos necessários para o pagamento do piso salarial da enfermagem, ainda neste ano. A votação no Senado será na próxima semana e esperamos a mesma rapidez da Câmara", disse, pelo Twitter.

O anúncio do senador vem na mesma data em que profissionais do segmento foram às ruas em pelo menos 16 estados para protestar em defesa do piso salarial. Em uma mobilização puxada pela Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), esta quarta-feira (21) foi considerada um dia de luta nacional da categoria.

Castro, que foi ministro da Saúde no governo Dilma (PT), também entendeu a defesa do cumprimento dos valores salariais previstos pela Lei 14.434/22, que entrou em vigor em agosto e estipulou pisos para enfermeiros, técnicos, auxiliares e parteiras.

"Acompanharei de perto todo o processo, até a sanção do projeto e o pagamento do piso, que já é lei e deveria estar sendo cumprido por todos. A enfermagem merece respeito e salário digno", completou, também pela rede social.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 44/22, ao qual o re-



lator se refere, é de autoria do senador Carlos Heinze (PP-RS) e autoriza a estados e municípios uma realocação de verbas antes destinadas ao controle da pandemia e que agora estariam travadas, sem utilização. Essa é uma das propostas que vêm sendo discutidas por senadores como saída para o custeio do piso da enfermagem.

Há uma série de outras medidas que atualmente têm sido levantadas nas costuras políticas que envolvem o tema, como a repatriação de recursos e a desoneração da folha de pagamento. No caso desta última, seria uma iniciativa destinada especificamente à iniciativa privada.

A ideia dos articulares políticos que atuam em torno da pauta é garantir por meio de legislação uma forma de custeio da medida para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja a suspensão do cumprimento do piso, determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso no último dia 4 e posteriormente confirmada pelo plenário.

"A gente avalia que esses recursos seriam por volta de R\$ 7 bilhões", disse na terça (21) relator da PLOA 2023, Marcelo Castro, ao tratar de projeto que pode rema-

nejar recursos para custeio do piso (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 44/22, ao qual o relator se refere, é de autoria do senador Carlos Heinze (PP-RS) e autoriza a estados e municípios uma realocação de verbas antes destinadas ao controle da pandemia e que agora estariam travadas, sem utilização. Essa é uma das propostas que vêm sendo discutidas por senadores como saída para o custeio do piso da enfermagem.

Há uma série de outras medidas que atualmente têm sido levantadas nas costuras políticas que envolvem o tema, como a repatriação de recursos e a desoneração da folha de pagamento. No caso desta última, seria uma iniciativa destinada especificamente à iniciativa privada.

A ideia dos articulares políticos que atuam em torno da pauta é garantir por meio de legislação uma forma de custeio da medida para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja a suspensão do cumprimento do piso, determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso no último dia 4 e posteriormente confirmada pelo plenário.



## Para Bolsonaro, pobre está desempregado porque se 'acostumou' a não ter profissão

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, voltou a minimizar o problema da fome, que aumentou em seu governo, e a desprezar o drama dos trabalhadores e trabalhadoras, que sofrem com as altas taxas de desemprego, que atinge 9,9 milhões de pessoas, sem contar os 39,3 milhões que estão na informalidade, 13,1 milhões trabalhando na iniciativa privada sem carteira assinada.

Bolsonaro afirmou, nesta quarta-feira(21), em entrevista à emissora católica Rede Vida que a população brasileira pobre está “acostumada” a não aprender uma profissão.

“São pessoas que foram, ao longo dos anos, acostumadas a não se preocupar ou o Estado negar uma forma de ela aprender uma profissão”, pontuou o presidente, de acordo com o site Metrôpoles.

Sobre a fome, Bolsonaro disse que “tirar as pessoas da linha da pobreza é um trabalho gigantesco”. O candidato voltou a afirmar que o número de pessoas que passam fome no Brasil é superestimado.

No governo Bolsonaro, o Brasil atingiu a triste marca de 125 milhões de pessoas, mais da metade da população brasileira (212,6 mi), que não têm o que comer nas três refeições diárias necessárias, e 33,1 milhões passando fome todos os dias. É o maior número de brasileiros com fome desde os anos 1990, quando órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, começaram a pesquisar a insegurança alimentar, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Durante a entrevista, Bolsonaro afirmou que “não é esse número todo” de pessoas que passam fome no país. Segundo o mandatário, quem vive abaixo da linha da pobreza pode recorrer ao Auxílio Brasil.

O presidente talvez não saiba, mas em 12 capitais brasileiras, incluindo Brasília, a cesta básica custa mais do que valor do Auxílio Brasil. Isso significa que milhares de pessoas no país não estão conseguindo comprar sequer o mínimo para ter as calorias necessárias e se alimentar três vezes por dia, se dependerem apenas do benefício para sobreviver.

Além disso, no Orçamento da União para 2023 que o presidente mandou para o Congresso, o valor previsto para o Auxílio Brasil no ano que vem é de R\$ 405.

*Matéria completa em [cut.org.br](http://cut.org.br)*

## Parceria Sindsep/MA e SESC arrecada alimentos

Dando sequência à parceria, o Sindsep/MA e o SESC estão mais uma vez trabalhando em conjunto para arrecadação de alimentos não perecíveis para doação no projeto Mesa Brasil em que o SESC atende prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional assistidas por entidades sociais cadastradas. Além disso, também atua em caráter emergencial com um trabalho de logística humanitária, mobilizando parceiros, arre-

cadando e distribuindo doações para pessoas atingidas por calamidades em todo o país.

A campanha acontece de hoje, 19, até o dia 30 de setembro. Os alimentos podem ser entregues na sede da entidade, na Avenida Newton Bello, 524, Monte Castelo, no horário de 08 às 12h, e de 14 às 18h.

O Mesa Brasil é uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício. Seu objetivo é contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da

qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social.

Assim, o Mesa Brasil busca onde sobra e entrega onde falta. De um lado, contribui para a diminuição do desperdício, e de outro reduz a condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos. Em ambos os polos desse percurso, as estratégias de mobilização e as ações educativas incentivam a solidariedade e o desenvolvimento comunitário.